

Ass.

Aparelhos

## Movimento político das massas

Maria Helena Pereira Toledo Machado

O abolicionismo não foi um projeto das elites, mas resultado da primeira união dos excluídos brasileiros em torno de um ideal.

Sem sombra de dúvida a história social e da cultura das camadas populares no Brasil tem se renovado nas últimas décadas, procurando atender à demandas sociais importantes, relativas à constituição de uma nova compreensão do processo histórico nacional. Nos últimos anos, o Brasil dos modelos desenvolvimentistas cedeu lugar ao Brasil das doutrinas liberais, da globalização, da pós-modernidade e da emergência dos movimentos de base e de consciência, exigindo a reformulação de nosso pensamento social. A história social e da cultura tem procurado responder a estas novas demandas sociais.

Por meio da produção de subsídios para a constituição de uma consciência histórica e social brasileira renovada, capaz de realizar a crítica de nosso passado escravista e de propor novos paradigmas explicativos da sociedade brasileira, os estudos da história social e da cultura têm procurado refletir sobre os problemas mais sensíveis da nossa realidade, integrando-se a um amplo esforço no qual se inserem, entre outros, os movimentos de consciência negra e feministas. Neste sentido, é importante sublinhar que hoje, as distâncias que separavam e ainda separam as discussões acadêmicas, tantas vezes acusadas de elitistas e desvinculadas da materialidade social, dos movimentos sociais de base e de consciência, se encontram amainados e estas duas perspectivas já podem, aqui ou ali, estabelecer diálogos proveitosos. Diálogos que por certo colaboram para que o trabalho acadêmico encontre sua função social, que é a de estabelecer, pela pesquisa e pela crítica ideológica, um campo de reflexão que subsidie a discussão política propriamente dita.

Ressalte-se que no caso dos estudos da história social da escravidão e de sua superação no Brasil, a renovação das matrizes analíticas e o estabelecimento de novos paradigmas explicativos, eventos que alcançaram certa visibilidade em torno das discussões relativas ao

Centenário da Abolição, de fato marcaram a emergência de uma nova maneira de se conceber o estudo de largas camadas sociais fundamentais ao processo histórico nacional. Escravos, libertos e despossuídos em geral passaram a emergir na cena histórica exigindo a agência social que legitimamente lhes cabe na construção das histórias das experiências humanas e sociais brasileiras.

Conforme observei em outro lugar, os temas tratados mais recentemente pela historiografia referem-se, em primeiro lugar, à reconstituição da escravidão em termos de sua dinâmica interna, isto é, o esforço dos historiadores concentrou-se em retirar a instituição escravista dos modelos explicativos, derivados ou não do marxismo, insuflando-lhe as cores do processo histórico em sua complexidade e mutabilidade. A reavaliação de conceitos como o de autonomia, resistência e acomodação, permitiram a recuperação do escravo enquanto ator histórico e representa, neste sentido, um primeiro passo para a reconstituição da escravidão na formação social brasileira.

Uma segunda problemática, que ainda carece de elaboração mais ampla, refere-se à necessária recuperação do movimento abolicionista, colocando-o num novo horizonte temático no qual este deve emergir articulado aos movimentos políticos. E aqui política aparece referenciada a um universo teórico amplo, de forma alguma limitado ao mundo das representações políticas formais. Caberia aos estudiosos da escravidão e dos movimentos populares no Brasil, propor novas articulações entre a emergência do movimento abolicionista popular e a quebra da hegemonia política das elites do Império, as quais, desde sempre, haviam confinado o universo da coisa pública ao seletivo ambiente dos bem-nascidos.

Neste ponto de vista, o movimento abolicionista poderia ser recuperado como momento privilegiado para observarmos a entrada na cena política brasileira da arraia-miúda, dos deserdados da sorte, negros, pardos, mulatos e brancos, talvez não tão alvos, todos se fazendo notar material e concretamente, fazendo barulho e causando distúrbios, nas vias públicas de cidades como do Rio de Janeiro e São Paulo. Note-se que o movimento abolicionista foi o primeiro movimento político de massas na história do Brasil e o primeiro a congregar milhares de despossuídos em torno de lemas gerais e

metas menos imediatistas que aquelas características dos riots urbanos que a historiografia tem descrito.

Aproximações entre as lutas abolicionistas e os nascentes movimentos operários, o extravasamento das inquietações políticas e sociais relativas ao papel do trabalhador livre num país escravocrata, a crescente onda de imigrantes e idéias provenientes da Europa, que passaram a aportar no país nas últimas décadas do 19, são todos temas que estiveram presentes no movimento abolicionista que se caracterizou muito mais como uma frente ampla de idéias e tendências muito variadas, do que um movimento monolítico, monopolizado por um setor bem determinado das elites políticas cafeeiras.

Nesta abordagem, o movimento abolicionista surge como primeira escola política de homens que se faziam notar nas primeiras décadas da república, envolvidos nos nascentes movimentos operários. Atuando nos meetings de rua, fazendo comícios, acoitando escravos fugidos, que na maioria das vezes procuravam pouso seguro nas cidades, estabelecendo pontes entre as revoltas de escravos que se avolumavam nas fazendas e os movimentos abolicionistas, alguns militantes, de extração popular, homens livres, libertos e mesmo escravos fugidos, vão imprimir sua marca no processo político brasileiro. E o fato da abolição ter sido apropriada como território único e exclusivo das forças políticas mais conservadoras, interessadas em carrear para si todos os incentivos do estado capazes de financiar a chamada transição, não nos deve iludir. Por trás de um discurso aparentemente monolítico e conservador, encontra-se um movimento popular de peso, que pressionou fortemente a conjuntura política da época.

Então  
legitimidade

Ao refletirmos hoje sobre a tarefa que nos cabe como historiadores brasileiros lembro que será apenas por meio da recuperação da materialidade histórica da experiência de escravos, libertos e despossuídos na construção de nosso processo histórico que seremos capazes de colaborar no amplo esforço de consciência social e política que nos habilitará a superar o peso do passado escravista na sociedade brasileira.

Maria Helena Pereira Toledo Machado é professora do Departamento de História da USP e autora de O Plano e o pânico: os movimentos sociais na década da Abolição